



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CONSULTORIA JURÍDICA**



**Processo nº 8512840-74.2018.8.06.0000**

**Assunto:** Análise da Minuta do Contrato nº 44/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE), com fundamento no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93.

**PARECER**

Em evidência, o processo administrativo acima identificado, por meio do qual a Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios remete, para análise e considerações desta Consultoria Jurídica, minuta do Contrato nº 44/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE), com fundamento no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, para *"prestação de serviços de informática, através da rede de teleinformática do Governo do Estado do Ceará, o Cinturão Digital do Ceará – CDC, incluindo: (a) provimento de serviços links de dados e internet (SCM) em bandas de velocidade, totalizando 20 Mbps, usando tecnologia Gpon, para uso administrativo, projetos sociais ou de interesse e conveniência deste tribunal; (b) utilização de sistemas de informação e banco de dados corporativos ou setoriais, cujos dados trafeguem pelo Cinturão Digital do Ceará – CDC; e (c) acesso à internet"*.

Instruem os autos os seguintes documentos:

- a) Documento de Oficialização da Demanda (fls. 02/04);
- b) Análise de Viabilidade da Contratação (fls. 05/08);

c) Planos de Sustentação, Estratégia e Risco (fls. 09/16);

d) Termo de Referência (fls. 17/22);

e) Proposta comercial da ETICE (fls. 23/26)

f) Autorização do Secretário de Tecnologia da Informação do TJ/CE para a instauração do processo de contratação direta e estimativa de custo (fls. 27); e

g) dotação orçamentária (fls. 28/29);

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação direta ora pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de dispensa de licitação e da minuta do Contrato nº 44/2018, com o fito de verificar se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.


#### **A) DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO XVI, DA LEI Nº 8.666/93, E DA REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRAZIDO A EXAME.**

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os**



concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". (Grifo nosso).

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível, ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado.

Pois bem. No presente caso, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE), por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93:

*Art. 25. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*XVI – Para impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da Administração Pública, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoas jurídicas de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico. (Grifo nosso).*

A partir da leitura de referido dispositivo legal, depreende-se, sem maior esforço, que o caso em tela se amolda à hipótese de dispensa de licitação nele descrita.

Impende ressaltar, no ponto, que a contratação direta ora pretendida não se reveste de qualquer ineditismo, tratando-se, na verdade, de prática reiterada não apenas por este tribunal, como também por diversos órgãos e entidades públicas no estado do ceará, como se pode vê nos extratos de publicação abaixo transcritos:

*EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO*

*Nº DO DOCUMENTO 001 / 2018*

*PROCESSO Nº 0538659 / 2018 SEFAZ / CEPRO OBJETO: SERVIÇO DE INFORMÁTICA PARA TRANSMISSÃO DE DADOS, VOZ E IMAGEM PARA AS UNIDADES DESTA SECRETARIA DA FAZENDA NA CIDADE DE FORTALEZA E OUTRAS UNIDADES FAZENDÁRIAS NO ÂMBITO DO*

ESTADO DO CEARÁ. JUSTIFICATIVA: Em razão da necessidade devidamente fundamentada nos autos, a contratação direta fundamenta-se no fato da contratada integrar a Administração Pública e ter sido criada para o fim específico da prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Governo do Estado do Ceará. VALOR GLOBAL : R\$ 6.065.777,82 (SEIS MILHÕES, SESSENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19100001.04.126.500.22001. 03.33913900.1.00.00.0.20 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO XVI, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CONTRATADA: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO CEARÁ - ETICE. DISPENSA : MARCUS AUGUSTO VASCONCELOS COELHO Secretário Executivo RATIFICAÇÃO : JOÃO MARCOS MAIA Secretário Adjunto.

Francisco Xavier de Vasconcelos

COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº DO DOCUMENTO 20180003

PROCESSO Nº : 1616688 / 2018 PMCE OBJETO: Contratação de serviços de informática de internet de banda larga para a Polícia Militar do Ceará. JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO que a Polícia Militar do Ceará utiliza os serviços do Cinturão Digital do Ceará – CDC para comunicação de dados e acesso aos diversos portais e sistemas do governo, por diversas unidades e subunidades espalhadas na Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado; CONSIDERANDO que a Polícia Militar do Ceará, por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTIC, após acurado levantamento, constatou a necessidade de ampliação do consumo de tráfego de dados, tendo em vista o aumento no quantitativo de máquinas e usuários no âmbito da PMCE, Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado; CONSIDERANDO que a Empresa de Tecnologia da Informacao do Ceará – ETICE já oferece estrutura compatível, no que concerne a necessidade de ampliação de comunicação de dados entre as unidades e subunidades da Polícia Militar do Ceará tendo em vista a expansão desta e do aumento de seus usuários; CONSIDERANDO finalmente, que a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará está enquadrada legalmente para o atendimento da demanda nas condições previstas no respectivo Termo de Referência. VALOR GLOBAL : R\$ 267.108,50 (duzentos e sessenta

e sete mil cento e oito reais e cinquenta centavos) DOTAÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA: 10100003.06.126.50 0.21887.15.339139.10000.0  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Art. 24, inciso XVI, da Lei  
Federal 8.666/93. CONTRATADA : Empresa de Tecnologia da  
Informação do Ceará - ETICE, 03.773.788/0001-67, com endereço na  
AV. Pontes Vieira, 220, São João do Tauape, Fortaleza – CE.  
DISPENZA : Declaro autorizado o processamento da Dispensa de  
Licitação nº 20180003 - PMCE, que trata da contratação de serviços de  
informática de internet de banda larga para a Polícia Militar do Ceará,  
Adriano de Moura Soares – Cel PM Comandante Geral Adjunto da  
PMCE. RATIFICAÇÃO : Ratifico a Dispensa de Licitação nº 20180003 –  
PMCE, que trata contratação de serviços de informática de internet de  
banda larga para a Polícia Militar do Ceará, cuja contratada será a  
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, CNPJ nº  
03.773.788/0001-67, em vista dos argumentos constantes da  
Justificativa apresentada pela Célula de Compras do Quartel do  
Comando Geral da PMCE e do parecer da Assessoria Jurídica, que  
demonstram que todo processo transcorreu dentro dos parâmetros da  
legislação vigente, sobremaneira a Lei Federal nº 8.666/93, Ronaldo  
Mota Viana – Cel. QOPM, Coronel Comandante Geral da PMCE.  
José Durval Bessera Filho - CEL. QOPM  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA POLICIA MILITAR

Por outro lado, quanto ao processo administrativo trazido a exame, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93, e nele consta, com vimos, manifestação da área técnica sobre a necessidade da contratação, escolha da fornecedora e estimativa de custo.

Ademais, no tocante à existência de recursos orçamentários para o custeio do contrato, esta restou expressamente confirmada pela Secretaria de Finanças.

Destarte, esclarecido que a contratação direta, *in casu*, por dispensa de licitação, encontra-se legalmente respaldada, e verificando-se, igualmente, a regularidade formal do processo administrativo *sub examine*, o qual atende, no que é cabível, às disposições dos arts. 26 e 38 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta do contrato em anexo. É o que faremos adiante.

**B) DA ANÁLISE PRÉVIA DA MINUTA DO CONTRATO Nº 44/2018.**

Examinando aludida minuta, vê-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, as chamadas cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos, dentre outras que complementam condições de execução da avença.

Temos, pois, que a minuta em tela atende às exigências legais.

Lembramos, por fim, que, antes de concluído o processo de contratação em tela, deve a área técnica verificar a regularidade da documentação apresentada pela empresa a ser contratada. Feito isso e assinado o contrato pelas partes, deve ainda ser providenciada sua publicação resumida na imprensa oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CONCLUSÃO**


Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por dispensa de licitação, da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE), com fundamento no art. 24, inciso XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, nos termos da minuta do Contrato nº 44/2018, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 26 de Julho de 2018

  
Alexandre Diogo de Saboya Cruz  
Assessor Jurídico

De acordo. À d. Presidência.

  
Francisco Rolim de Moraes Junior  
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**



**Processo nº 8512840-74.2018.8.06.0000**

**Assunto:** Análise da minuta do Contrato nº 44/2018, a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE) e a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ (ETICE), com fulcro no art. 24, XVI, da Lei nº 8.666/93.

R.h.

Aprovo o parecer de fls. retro, por seus próprios fundamentos, que desta decisão passa a ser integrante, ao tempo em que autorizo a formalização do Contrato nº 44/2018, nos termos da minuta apresentada.

Encaminhem-se os presentes autos à Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios do TJ/CE para colher as assinaturas devidas.

Fortaleza-CE, 26 de Julho de 2018

  
**Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**